



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0276238-3

EMBARGANTE: IRIS DA SILVA BRAYNER

EMBARGADO: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS E OUTROS

ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO – VÍCIO IDENTIFICADO E SANADO - LEGITIMIDADE DA EMBARGANTE PARA FIGURAR NO PÓLO ATIVO DA DEMANDA – UNIÃO ESTÁVEL DEVIDAMENTE COMPROVADA – REVOGAÇÃO DA MULTA PREVISTA PELO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC, ANTERIORMENTE APLICADA À EMBARGANTE – RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE HERDEIRA - DIREITO À PERCEPÇÃO DA COTA PARTE DEVIDA – QUANTUM INDENIZATÓRIO A SER APURADO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO - ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0276238-3, em que figuram como Embargante IRIS DA SILVA BRAYNER e como parte Embargada CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS E OUTROS. Os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade de votos, deu-se provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator”*. Tudo de acordo com o relatório, o voto e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 05 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL DE Nº 0276238-3

EMBARGANTE: IRIS DA SILVA BRAYNER

EMBARGADO: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS E OUTROS

ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

IRIS DA SILVA BRAYNER, regularmente qualificada e representada, opôs Embargos de Declaração com efeitos infringentes, com fundamento no art. 535, e seguintes, do CPC.

Sustenta que no acórdão embargado encontra ponto revestido de omissão, qual seja, a ausência de manifestação sobre a legitimidade da embargante para figurar no pólo ativo da presente demanda.

Argumenta que os documentos acostados aos presentes autos comprovam a união estável mantida pela embargante com o Sr. Eurico Pedrosa Neto. Afirma inexistir qualquer interesse em procrastinar o feito, almejando, unicamente, a expressa manifestação acerca dos argumentos omitidos em julgamentos anteriores, pelo que aponta ser descabida a aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, ainda mais por ser beneficiária da justiça gratuita.

Objetiva, também, o esclarecimento dos critérios utilizados para a repartição dos valores das indenizações almejadas pela presente demanda (seguros R.ET.A. e facultativo).

Sem impugnação aos aclaratórios, conforme a certidão de fl. 1026.

É o que se impõe relatar.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NA APELAÇÃO CÍVEL DE Nº 0276238-3**

EMBARGANTE: IRIS DA SILVA BRAYNER
EMBARGADO: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS E OUTROS
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Conheço do recurso, porquanto presentes seus requisitos de admissibilidade.

Como cediço, dispõe o art. 535, II, do CPC que:

Cabem embargos de declaração quando:

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Lecionando acerca dos requisitos ensejadores da interposição de embargos de declaração Fredie Didier Jr. Pontifica:

Com efeito, os casos previstos para manifestação dos embargos declaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver obscuridade, contradição ou omissão em questão (ponto controvertido) sobre a qual deveria o juiz ou o tribunal pronunciar-se necessariamente. Os embargos de declaratórios são espécie de recurso de fundamentação vinculada.

Considera-se omissão a decisão que não se manifestar: a) sobre um pedido; b) sobre argumentos relevantes lançados pelas partes (...); c) ausência de questões de ordem pública, que são apreciáveis de ofício pelo magistrado, tenham ou não tenham sido suscitadas pela parte. (...) (Fredie Didier Jr. Curso de Direito Processual Civil. Volume 3. JusPodivm. 2007. página 159).

O exame dos autos mostra que o acórdão guerreado, efetivamente, incorreu em omissão quanto à legitimidade da embargante Sra. **IRIS DA SILVA BRAYNER** para figurar como parte da presente contenda.

Pois bem, a fim de suprir a omissão apontada, explico que diante da documentação acostada aos autos identifico a legitimidade apontada pela embargante, restando comprovada, portanto, ao meu humilde sentir, a união estável entre a parte autora, ora recorrente, e o Sr. Eurico Pedrosa Neto, piloto da aeronave sinistrada.

Relativamente à comprovação documental da relação afetiva apontada, observo às fls. 20/22 a escritura pública de declaração de união estável e à fl. 23 identifico a certidão de nascimento da filha do casal (Hadyja Brayner Pedrosa).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

Com efeito, a prova dos autos é clara e certa a mostrar que a escritura pública de união estável celebrada entre o falecido e a embargada não padece de qualquer vício, defeito ou irregularidade. No mesmo sentido, colaciono a seguinte jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE EM FACE DE UNIÃO ESTÁVEL. POSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONFIGURADORES DA UNIÃO ESTÁVEL. RELACIONAMENTO DESENVOLVIDO ENQUANTO O EX-SEGURADO ESTAVA SEPARADO DE FATO DE SUA EX-ESPOSA. POSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA PENSÃO, QUAIS SEJAM: DEPENDÊNCIA E EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO, PREJUDICADO O RECURSO VOLUNTÁRIO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Trata-se de ação na qual a apelante pleiteia pagamento de pensão por morte tendo em vista que teria mantido união estável com o ex-segurado. 2. Ao perscrutar é possível constatar que a apelada juntou documentos como: fotos de festas, viagens, comprovante de pagamento das custas com o funeral, declaração da autora que viveu em união estável com o falecido e escritura pública registrada, atestados médicos que comprovam que a mesma acompanhou o falecido na sua doença, fotos que comprovam que a apelada acompanhou o velório do de cujus. Ademais, pelo depoimento das testemunhas, as mesmas comprovam que ela viveu por aproximadamente 6 anos com o falecido, não tendo emprego e vivendo com ele. 3. Se empenhou a recorrida em trazer aos autos documentos idôneos a comprovar o relacionamento que manteve com o falecido, enquanto que a apelante não trouxe qualquer fundamento capaz de elidir as provas trazidas pela apelada, apenas se limitando a afirmar que a mesma não trouxe provas suficientes para comprovar a união estável. 4. A escritura pública apresentada pela apelada goza de fé pública e tem presunção de veracidade, não tendo qualquer prova nos autos que elidissem a presunção de veracidade de tal documento. 5. Não cabe também a afirmação da apelante de que a prova testemunhal não teria força para comprovar a existência da união estável em comento, tendo em vista que pelo sistema do livre convencimento motivado adotado pelo ordenamento brasileiro, não há uma hierarquia entre as provas existentes nos autos, cabendo ao juiz valorá-las, motivo pelo qual a prova testemunhal teria tanta validade quanto as demais provas. 6. Ante a riqueza probatória trazida aos autos, trata-se de fato incontroverso que o ex-segurado teria convivido com a recorrida. 7. A união estável caracteriza-se pela exclusividade, pela publicidade, pela lealdade, pelo respeito mútuo e, acima de tudo, pelo vínculo criado entre os companheiros que agem como se marido e mulher fossem. Ficou provado que no relacionamento mantido entre a recorrida e o de cujus esteve presente o *affectio maritalis*, tanto é que ficou demonstrado que moravam juntos e que, inclusive, tentaram ter um filho (que acabou sendo abortado pela apelada), ficando provado o ânimo da constituição de família. 8. No tocante ao casamento anterior do falecido, ficou evidenciado que apesar do mesmo somente ter se divorciado da sua ex-esposa em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

2005, antes mesmo disso já estava separado de fato da mesma. Assim, a relação daquele com a recorrida foi desenvolvida logo após a separação de fato do mesmo e de sua ex-esposa, tendo perdurado até o seu falecimento. Vale dizer que segundo o CC/02 não há mais a necessidade do preenchimento do prazo de cinco anos para que seja reconhecida a união estável, e sim, apenas a idéia da continuidade. 9. Quanto aos requisitos para a concessão da pensão pleiteada, tem-se que os mesmos restaram devidamente preenchidos, tendo em vista que conforme os depoimentos das testemunhas colhidos em audiência, houve unanimidade de todas ao afirmarem que sabiam que a recorrida não trabalhava e vivia com o falecido, existindo assim a situação de dependência. Da mesma forma que restou devidamente comprovada ante todos os fundamentos aqui expostos a existência da dita união estável. 10. Assim, estando o de cujus naquela época separado de fato da sua esposa e tendo mantido uma relação duradoura, continua e pública com a recorrida, existindo, inclusive, a intenção de formar uma família com a mesma, não há solução mais plausível que reconhecer a tal união estável e todos os efeitos dela advindos, dentre eles, a concessão da pleiteada pensão por morte. 11. Reexame necessário NÃO PROVIDO, prejudicado o recurso voluntário, sendo mantida a sentença de primeiro grau em todos os seus termos. Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 12898320088170730 PE 0001289-83.2008.8.17.0730, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 17/04/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 77)

Assim, a prova documental é clara e certa sobre a demonstração da união estável apontada pela embargante, sendo possível, através de uma interpretação sistemática do corpo probatório, extrair que a escritura pública espelhava a realidade, pois o "de cujus" e a embargante efetivamente viveram em união estável, reconhecida, inclusive, pela ex-esposa do falecido, a Sra. Udilce Valverde Pedrosa.

Para ilustrar o relacionamento afetivo, ora reconhecido, entendo por bem em transcrever um trecho da petição inicial da ex-esposa do falecido, relativo ao apelo de nº 0011070-57.2010.8.17.0990 (0276226-6):

"...não se pode olvidar a relação afetiva mantida pelo piloto com Iris da Silva Brayner no momento de sua morte. Dessa união nasceu Hadyja Brayner Pedrosa (doc. anexo – Certidão de Nascimento). Assim, há na realidade cinco sucessores do de cujus. A companheira e a filha são as outras duas herdeiras do piloto.

(...)

...os demandantes almejam nesta contenda apenas as suas respectivas cotas-partes dos seguros obrigatório e facultativo, equivalente a 3/5 (1/5 para cada autor) do valor da indenização correspondente. Isso porque, como visto, o piloto falecido deixou 5 (cinco herdeiros), a saber: Udilce (esposa e viúva), Eurico (filho), Vanessa (filha), Iris (companheira) e Hadyja (filha);"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

Entendo relevante explicitar que a relação afetiva neste momento reconhecida já restou identificada pelo Juízo Trabalhista, nos autos da reclamação trabalhista de nº 0001221-10.2010.5.06.0023, proposta pelo espólio de Eurico Pedrosa Neto, tendo como representante a embargante:

"O de cujus possuía dois filhos do casamento, Eurico Valverde Pedrosa e Vanessa Valverde Pedrosa. Possuía também uma companheira Iris da Silva Brayner e uma filha dessa Hadyja Brayner Pedrosa.

(...)

...a pensão mensal será dividida em quatro partes iguais para a companheira e os três filhos.

Destaque-se que o "de cujus" era separado de fato de sua esposa e não há prova nos autos de que arcasse com o seu sustento. Aliás, o documento de fl. 261 acusa que são pensionistas do INSS apenas a companheira e a filha menor, razão pela qual indefiro o pensionamento para a senhora Uldice Valverde Pedrosa."

Logo, entendo que a comprovação da união estável restou satisfeita, tanto através da documentação inerente aos autos como pela confissão da ex-esposa do *de cujus*, pelo que afirmo ser a embargante parte legítima na presente lide, fazendo, portanto, jus, como herdeira, à percepção de parte da indenização securitária devida em decorrência do sinistro que vitimou o Sr. Eurico Pedrosa Neto.

Em sendo assim, sobreleva mencionar que, em virtude do reconhecimento da omissão do acórdão guerreado, impõe-se a revogação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, aplicada contra a embargante.

Finalmente, assevero que uma vez reconhecida a legitimidade ativa da embargante, em decorrência da comprovação da união estável, na qualidade de companheira e herdeira do *de cujus*, faz jus à percepção do quinhão indenizatório, devendo-se apurar o quantum em fase de liquidação de sentença, devendo-se, entretanto, observar que já foram realizados diversos termos de transação entre a seguradora e os demais litigantes, inclusive a filha menor da embargante.

Assim, ante o exposto e uma vez afastada a omissão apontada, **CONHEÇO E ACOLHO OS PRESENTES ACLARATÓRIOS para reconhecer a união estável entre a embargante e o de cujus, o que confere à Sra. Iris da Silva Brayner a condição de parte legítima para o recebimento da sua cota parte do quantum indenizatório. Fica revogada a multa prevista pelo art. 538, parágrafo único, do CPC, anteriormente aplicada.**

É COMO VOTO.

Reife, 03/06/2014.